UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLGIA
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA

CYBELE NASCIMENTO SILVA

O SAGRADO PATRIMONIALIZADO: conservação e experiência devocional da escultura do Nosso Senhor Dos Passos de Ouro Preto

OURO PRETO
2026

CYBELE NASCIMENTO SILVA

O SAGRADO PATRIMONIALIZADO: conservação e experiência devocional da escultura do Nosso Senhor Dos Passos de Ouro Preto

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Museologia, da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para Conclusão do Curso de Bacharelado em Museologia.

Orientadora: Profa. Ma. Anna Beatriz Donatelli

OURO PRETO
2026

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S586s Silva, Cybele Nascimento.
O sagrado patrimonializado [manuscrito]: Conservação e experiência devocional da escultura do Nosso Senhor dos Passos de Ouro Preto. / Cybele Nascimento Silva. - 2026.
53 f.: il.: color., mapa.

Orientadora: Profa. Ma. Anna Beatriz Donatelli.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Direito, Turismo e Museologia. Graduação em Museologia .

1. Patrimônio cultural - Patrimônio Religioso. 2. Arte - Escultura - Nosso Senhor dos Passos. 3. Vida espiritual - Espiritualidade - Objetos devocionais. 4. Conservação histórica. 5. Museologia. I. Donatelli, Anna Beatriz. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 069

Bibliotecário(a) Responsável: Maristela Sanches Lima Mesquita - CRB-1716

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA
COLEGIADO DO CURSO DE MUSEOLOGIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

Cybele Nascimento Silva

O SAGRADO PATRIMONIALIZADO: conservação e experiência devocional da escultura do Nosso Senhor Dos Passos de Ouro Preto

Monografia apresentada ao Curso de Museologia da Universidade Federal
de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Museologia

Aprovada em 05 de março de 2026

Membros da banca

Mestra - Anna Beatriz Vieira Muniz Donatelli - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)
Doutor - Célio Macedo Alves - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Doutora - Marina Furtado Gonçalves - (Universidade Federal da Bahia)

Anna Beatriz Vieira Muniz Donatelli, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 18/09/2026

Documento assinado eletronicamente por **Gabriela de Lima Gomes**, **COORDENADOR(A) DE CURSO DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA**, em 21/09/2026, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **1196268** e o código CRC **41361B75**.

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35402-163
Telefone: (31)3559-1730 - www.ufop.br

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos ensinamentos e orientação atenta de minha orientadora Anna Beatriz Donatelli. Os conselhos sempre valiosos de minha irmã Aline e meu amigo Leandro durante a pesquisa. A parceria da minha companheira Tayami, paciente e amorosa.

Este e todos os outros trabalhos que virão que sejam em memória de minha Mãe.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso investiga as tensões entre a patrimonialização de bens culturais e a experiência devocional, utilizando como estudo de caso a escultura do Nosso Senhor dos Passos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, em Ouro Preto. A pesquisa analisa a estrutura das normas e diretrizes de preservação do patrimônio cultural, tanto públicas quanto eclesiásticas, confrontando-as com as práticas rituais e a vivência da fé. Por meio da análise de conteúdo de um questionário aplicado à Arquidiocese de Mariana e da observação de rituais, como a Procissão do Encontro, a pesquisa revela como a preservação da imagem é atravessada pela autonomia e pelo desejo dos fiéis, que priorizam a continuidade do ritual mesmo diante de condições adversas. O trabalho diferencia preservação, compreendida de forma ampla como o conjunto de ações e valores voltados à permanência do bem, e preservação, entendida aqui como o conjunto de medidas institucionais de proteção, documentação, conservação e gestão. Argumenta-se que as relações institucionais com as comunidades precisam considerar a lógica devocional e os usos ritualísticos do objeto, de modo a evitar conflitos de pertencimento e o esvaziamento de sentidos. Conclui-se que a patrimonialização do sagrado envolve uma negociação constante de sentidos, na qual a conservação deve considerar a vida social da imagem e seu papel como mediador da fé.

Palavras-chave: Patrimônio Religioso; Nosso Senhor dos Passos; Experiência Devocional; Conservação; Museologia.

ABSTRACT

This project investigates the tensions between the patrimonialization of cultural assets and devotional experience, using the sculpture of the Nosso Senhor dos Passos from the Church of Nossa Senhora do Pilar, in Ouro Preto, as a case study. The research analyzes the structure of cultural heritage safeguarding norms and guidelines, both public and ecclesiastical, confronting them with ritual practices and the lived experience of faith. Through content analysis of a questionnaire applied to the Archdiocese of Mariana and observation of rituals, such as the Procession of the Encounter, the research reveals that the preservation of the image is predominantly driven by the autonomy and desire of the faithful, who prioritize the continuity of the ritual even under adverse conditions. It is argued that the institutional omission of the Archdiocese in dialogue with communities and the arbitrary impositions of public authorities, devoid of an understanding of devotional logic, generate conflicts of belonging and threaten to empty the real meaning of religious heritage. It is concluded that the patrimonialization of the sacred is a constant negotiation of meanings, where true conservation must integrate the "social life" of the image and its role as a mediator of faith.

Keywords: Religious Heritage; Devotional Experience; Conservation; Museology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Escultura do Senhor dos Passos na Procissão do Encontro em 2024 14
Figura 2 - Escultura do Senhor dos Passos, detalhe. Procissão do Encontro 2025..15
Figura 3 - Mapa do trajeto das procissões. 16
Figura 4 – Senhor dos Passos, década de 1930.....17
Figura 5 - Fiéis carregando o andor na Rua Claudio Manoel, 2022. 22
Figura 6 - Fiéis depositando plantas aromáticas no andor do Senhor dos Passos. ..28
Figura 7 - Fiel em momento de oração com Senhor dos Passos. 29
Figura 8 - Preparação do andor em 2016, com fiéis depositando plantas aromáticas. 30
Figura 9 - Senhor dos Passos na Procissão do Encontro em 2024. 31
Figura 10 - Mapa da região geográfica da Arquidiocese de Mariana. 41

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

ACT – Acordo de Cooperação Técnica

CAAS – Comissão Arquidiocesana de Arte Sacra

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

IEPHA-MG – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MP – Ministério Público

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 9

1. PATRIMÔNIO RELIGIOSO DE OURO PRETO E EXPERIÊNCIA ESTÉTICA E DEVOCIONAL 11

1.1 Objeto religioso patrimoniado: Nosso Senhor dos Passos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto 11

1.2 O conceito de experiência estética e experiência devocional 18

1.3 Capital simbólico e a biografia social do Nosso Senhor dos Passos 22

2. CONSERVAÇÃO DE BENS SACROS TOMBADOS 26

2.1 Nosso Senhor dos Passos: objeto devocional em uso 26

2.2 Sistema de preservação do Poder Público e Igreja Católica. 32

3. MONOPÓLIOS DE GESTÃO: PRESERVAÇÃO E ORGANIZAÇÃO 37

3.2 Metodologia de pesquisa 37

3.3 Análise dos Resultados e Disputas no Campo Religioso 38

CONSIDERAÇÕES FINAIS 46

REFERÊNCIAS 48

ANEXO 1 51

INTRODUÇÃO

Os objetos religiosos que se encontram sob regime de tombamento e proteção patrimonial situam-se em um campo de tensões entre a conservação material e a experiência devocional. Ao mesmo tempo em que são reconhecidos como bens culturais de relevância histórica e artística, tais objetos permanecem vivos no contexto litúrgico, desempenhando funções simbólicas, afetivas e rituais que extrapolam os critérios técnicos da conservação. É possível criar mecanismos de preservação material conciliados ao significado simbólico e devocional desses objetos sagrados? O uso devocional desses objetos sagrados pelos fiéis é impactado quando sistemas de preservação operam sobre eles? A pesquisa busca compreender os pontos de tensão existentes entre as esferas relacionadas aos bens culturais, valores religiosos, à memória e pertencimento através do estudo de caso de um bem cultural tombado de importância histórica-artística e religiosa.

A escultura policromada do Nosso Senhor dos Passos, pertencente à Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, datada de meados do século XVIII, possui função retabular e processional. Utilizada intensamente nas celebrações da Semana Santa, especialmente nas procissões, a obra constitui não apenas um patrimônio artístico e histórico, mas também um agente central na vivência da fé. A sua condição de objeto tombado a insere em um sistema normativo que busca preservar sua integridade física, mas que pode entrar em choque com as práticas de manuseio, deslocamento e veneração.

Utilizando a escultura do Nosso Senhor dos Passos como objeto de estudo, a pesquisa tem como objetivo analisar a estrutura das normas e diretrizes de preservação de patrimônio cultural públicas e da Igreja Católica, verificando sua aplicabilidade e realismo diante das práticas devocionais e do uso contínuo das imagens sacras em contexto religioso. A partir disso, buscamos identificar possíveis pontos de conflito ou interseção entre as recomendações de conservação e a experiência estética e devocional da comunidade, considerando aspectos simbólicos, afetivos e rituais relacionados aos objetos. Fundamentado nas teorias de Arjun Appadurai sobre a "vida social dos objetos", Pierre Bourdieu acerca da distinção entre estética erudita e popular, John Dewey e sua concepção de "arte como experiência", e Mikel Dufrenne com a "fenomenologia da experiência estética", o estudo explora

como o objeto sagrado transita entre o status de artefato histórico-artístico e ícone devocional.

Este trabalho se aprofundará na discussão sobre o patrimônio religioso de Ouro Preto e a complexa intersecção entre a preservação material de bens culturais patrimoniados e o uso pelos fiéis como objeto sacralizado. O capítulo inicial, portanto, irá se dedicar em explorar os fundamentos teóricos que sustentam a análise do Nosso Senhor dos Passos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, compreendendo-o não apenas como um bem cultural tombado, mas como um elemento central na vivência religiosa e artística da comunidade, a partir da conceituação de experiência estética e devocional.

Para compreender como as esferas de poder atuam sobre esses objetos, será apresentada uma pesquisa a respeito do sistema de preservação utilizadas pelo poder público e particularmente, pela Igreja Católica, detentora de grande parte do patrimônio histórico-artístico do país. A análise da pesquisa a partir de entrevista realizada de forma assíncrona por meio de questionário, enviado por e-mail a Arquidiocese de Mariana, irá criar os mecanismos de interseção entre o sistema de preservação utilizado pela instituição, a comunicação com o poder público e a comunidade de fiéis usuárias dos objetos sagrados.

1. PATRIMÔNIO RELIGIOSO DE OURO PRETO E EXPERIÊNCIA ESTÉTICA E DEVOCIONAL

1.1 Objeto religioso patrimoniado: Nosso Senhor dos Passos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto

A formação da cidade de Ouro Preto, remota ao Ciclo do Ouro, com seu apogeu no final do século XVII e crescimento considerado no início do século XVIII. Em 1711, a partir da união de Arraiais e povoados que estavam próximos geograficamente na região, foi elevada a categoria de Vila, e pouco tempo depois, a capital. A grande quantidade de minerais disponíveis, conciliado a alta demanda da corte, evidencia que o território sempre foi um ambiente em disputa (Campos,2005).

A Igreja Católica nesse período, consistia no sistema que alicerçava a sociedade, que se baseava nas premissas religiosas. O Arraial do Antônio Dias e o Arraial de Ouro Preto (Pilar), possuíam suas respectivas matrizes das paróquias correspondentes, separados geograficamente pelo Morro Santa Quitéria (Praça Tiradentes). No período após a proibição das ordens clericais nas colônias, surgem nas cidades as agregações sociais de leigos, se compondo como Irmandades. Organizadas em hierarquias econômicas e raciais, as associações eram orientadoras em questões sociais e assistencialistas. O papel de manter as tradições religiosas se concentrava nessas organizações, sendo definidoras na formação de rituais e de devoções populares, congregando fiéis e popularizando santos padroeiros, consolidando a fé católica, em locais em que a presença clerical era escassa (Campos, 2005).

A Irmandade do Santíssimo Sacramento foi a primeira grande organização a se formar na comunidade de leigos, posteriormente surgiram as irmandades do Nosso Senhor dos Passos, Ordens Terceiras Carmelitas e Franciscana e Arquiconfraria do Cordão de São Francisco. Os rituais para-litúrgicos, como as celebrações e procissões da Semana Santa, eram liderados e organizados pelas Irmandades, que definiam como os rituais, as imagens e o trajeto das procissões (Campos,2005).

Em uma dinâmica historicamente conhecida, as paróquias de Antônio Dias e do Pilar, realizavam em conjunto os rituais de Semana Santa. Há indícios em livros das Irmandades, que desde 1723 as paróquias de Nossa Senhora da Conceição do

Antônio Dias e Nossa Senhora do Pilar, se alternavam na organização das celebrações da Semana Santa na Vila Rica. As celebrações até hoje, são fatos importantes no calendário da cidade, tanto religioso como turístico.

> Entre as festas religiosas subsistentes em Ouro Preto e Mariana, o principal destaque é certamente o cerimonial da Semana Santa, quando as duas cidades vivem uma espécie de suspensão da vida ordinária para inteira concentração nos rituais litúrgicos como no passado colonial, com a participação de todas as igrejas e irmandades. (Oliveira; Campos, 2011, p.56)

A Semana Santa é o período mais importante do calendário litúrgico cristão, no qual se celebra a Paixão, Morte e Ressurreição de Jesus Cristo. Ela se inicia no Domingo de Ramos, que recorda a entrada triunfal de Jesus em Jerusalém, e culmina no Domingo de Páscoa, que celebra sua ressurreição. Este período é marcado por uma intensa vivência da fé, rituais específicos e uma profunda reflexão sobre os mistérios centrais do cristianismo. Através das celebrações litúrgicas, os fiéis são convidados a participar ativamente da Paixão de Jesus, morrendo com Ele para o pecado e ressuscitando para uma nova vida. É um tempo de penitência, conversão e renovação espiritual. A imagem do Nosso Senhor dos Passos é um elemento central nas celebrações da Semana Santa, especialmente nas procissões que encenam a Via Sacra.

A iconografia do Nosso Senhor dos Passos é um elemento importante para compreender a expressividade e capacidade de suscitar emoção nos fiéis, com a função catequética e evangelizadora. Trata-se de uma representação de Jesus Cristo carregando a cruz em seu caminho para o Calvário, no percurso da Via Sacra. A postura de Jesus é geralmente curvada ou de joelhos, e segurando uma cruz de madeira, geralmente de grande dimensão. Nesse momento bíblico, Jesus Cristo já havia sido hostilizado pelos soldados romanos, onde depositaram a coroa de espinhos em sua cabeça. Apesar da narrativa bíblica indicar que as vestes de Jesus estavam rasgadas devido a flagelação, nas representações para-litúrgicas, a imagem do Senhor dos Passos é vestida com trajes aprumados, nas cores litúrgicas de vermelho ou roxo (que remetem a Semana Santa). A Procissão do Encontro é então realiza em uma perspectiva de recordar o caminho de Cristo até o Calvário, principalmente seu encontro com sua Mãe, Virgem Maria, durante o trajeto (Oliveira; Campos, 2011)

A imagem do Nosso Senhor dos Passos (Fig.1) foi encomendada por sua irmandade homônima em 1715. O Livro de Assento de Irmãos, Eleições e Inventários de Vila Rica 1737-1791, indica que o acervo da Irmandade possuía “[...] imagens do

Nosso Senhor dos Passos, do Senhor Morto e seu o esquife de jacarandá, o pálio de seda e dois andores com sanefas roxas franjadas de ouro para o Cristo e a Virgem, [...]" (Campos, 2004, p.6). O documento também relata que as imagens eram utilizadas em cenas teatrais da Paixão, em frente as Matrizes do Pilar e do Antônio Dias durante a Semana Santa. Antes da construção das Capelas dos Passos, as representações da Via Dolorosa eram assim apresentadas aos fiéis.

A peça de grande dimensão, aproximadamente dois metros de altura, trata-se da tipologia específica de esculturas policromadas chamadas "imagem de vestir". Esses objetos devocionais eram destinados para cerimonias processionais, possuindo assim corpo em suportes de ripas de madeira, sem acabamento de revestimento e policromia. Por sua estrutura interna simplificada, o peso era significativamente menor, o que possibilitava o uso constante em procissões. As esculturas recebem vestimentas de tecidos luxuosos, perucas de cabelos naturais (doados por fiéis), olhos de vidro, joias, dentre outros adereços. Coroas, diademas e outros atributos eram incorporados para completar a iconografia correspondente. (Flexor, 2005).

Essa particularidade técnica não é meramente estética; ela é convidativa à participação dos fiéis e das irmandades na preparação do objeto para o ritual. O ato de vestir a imagem, de adorná-la, de manuseá-la em sua fragilidade material, cria um vínculo tátil e afetivo que intensifica a experiência devocional. A imagem de vestir, é corpo que é cuidado, preparado e ativado pela comunidade, tornando-se um agente vivo na encenação da Via Sacra e na Procissão do Encontro, sua expressividade dramática é potencializada pela interação humana.

O Nosso Senhor dos Passos da Matriz do Pilar, embora não tenha estrutura maciça, possui membros articuláveis, onde os braços são dispostos em posição específica ao segurar a Cruz. Sua policromia é típica do barroco mineiro, com aspectos humanizados, que remetem ao sofrimento e sacrifício de Jesus Cristo. A necessidade da catequese por meio das esculturas, trazendo comoção e identificação dos fiéis com o sofrimento de Cristo tornava essencial a policromia realista e sensível (Fig. 2).

As imagens de vestir possuem caráter extremamente simbólico, constituindo a essência da devoção, visto o acesso e afetividade das pessoas envolvidas. As vestes são confeccionadas e doadas durante as festividades, além de serem

sistematicamente ornadas, possuindo equipe “zeladora” das imagens em questão. A comunidade de leigos é responsável pelos cuidados diários e determina regras de manuseios durante as celebrações (Quites, 2017).

Ao contrário da imagem de Nossa Senhora das Dores, a escultura do Nosso Senhor dos Passos, é a única que desempenha a função processional das duas matrizes de Ouro Preto. As Procissões de Depósito são regularmente realizadas antes do início da Semana Santa, como ritual para litúrgico preparativo para as celebrações. O Depósito de Nosso Senhor dos Passos, que ocorre um domingo antes do início da Semana Santa, é transportada da Matriz de Nossa Senhora do Pilar até a Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Antônio Dias.

Figura 1 - Escultura do Senhor dos Passos na Procissão do Encontro em 2024



Foto: Tayami Fonseca França. Data:26/03/2024

Figura 2 - Escultura do Senhor dos Passos, detalhe. Procissão do Encontro 2025



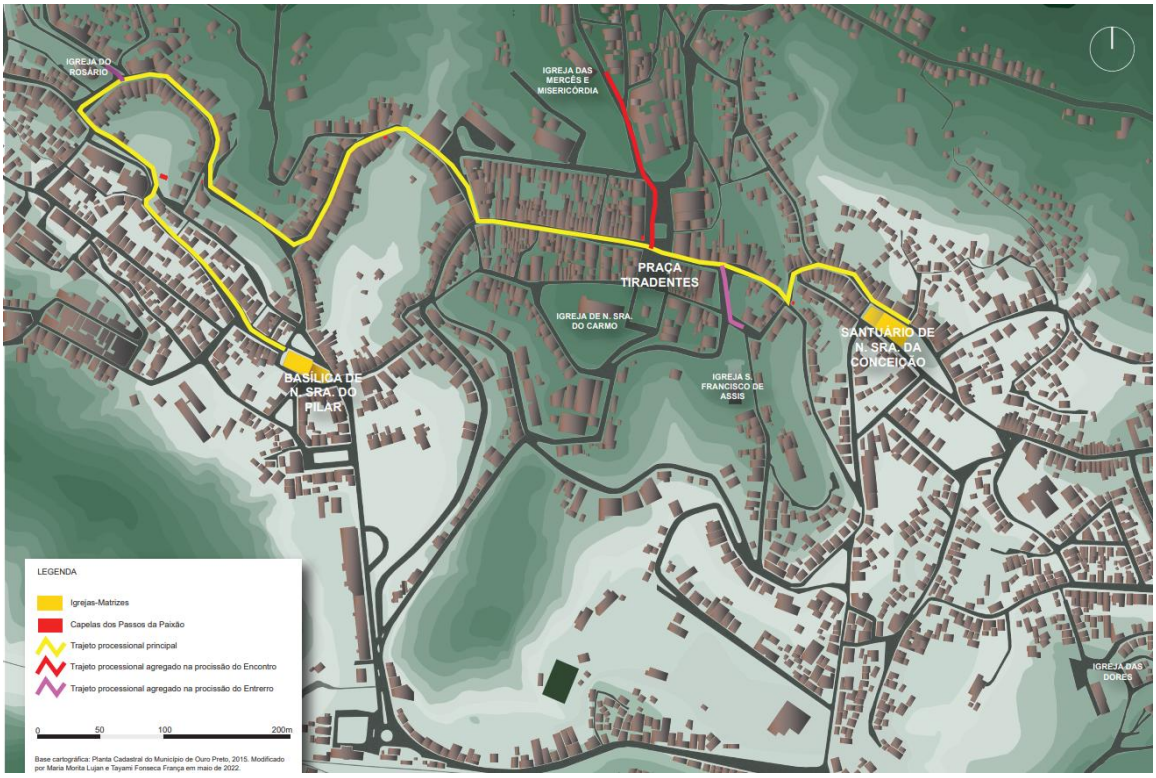
Foto: Tayami Fonseca França. Data: 13/04/2025

Quando a festa é organizada pela Matriz do Pilar, a imagem de Nossa Senhora das Dores, é transportada em cortejo até a Capela da Mercês de Cima. Quando organizada pela Matriz do Antônio Dias, Nossa Senhora das Dores, é transportada da

Capela das Dores, até a Capela das Mercês de Cima. As imagens ficam então nas respectivas capelas até o Domingo de Ramos, com a Procissão do Encontro.

O percurso das procissões (Fig.3) principais católicas em Ouro Preto (Encontro, Enterro, Páscoa e Corpus Christi), é realizado no centro histórico, no caminho entre as duas paróquias. A depender da paróquia organizadora, o percurso é duplicado, onde é sempre finalizado na matriz correspondente.

Figura 3 - Mapa do trajeto das procissões.



Fonte: Tayami Fonseca França, 2022.

A pesquisa prezou por utilizar a imagem do Nosso Senhor dos Passos como objeto de estudo, visto que seu uso é ativo e constante. A particularidade de ser um objeto com uso constante, bem definido dentro dos rituais e celebrações católicas, evidencia seu objetivo como bem cultural carregado de história e catalisador de pertencimento dos usuários dentro da comunidade. Seu aspecto narrativo barroco, facilita a conexão com o sagrado, evidenciando a ocorrência de experiência devocional.

Importante observar que não são todas as imagens devocionais que estão em seus contextos religiosos dentro da igreja, que está com o culto ativo. As imagens

utilizadas na Semana Santa, geralmente, possuem papel necessário dentro da prática religiosa e da experiência devocional, devido principalmente ao seu contexto iconográfico e simbólico da Paixão de Cristo, o centro da fé cristã. Entretanto, é perceptível que em templos, em especial, edifícios de caráter histórico como os de Ouro Preto, há diversas imagens devocionais que atualmente perderam seu aspecto devocional nas comunidades, estando dispostas sobre altares ou retábulos, desempenhando o papel de ornamentação religiosa, perdendo sua função devocional.

O ritual da Semana Santa é o centro do contexto católico cristão, o sacrifício e sofrimento de Cristo e sua ressureição para salvação, torna o ritual maior que a mera celebração religiosa, se tornando uma experiência estética completa para a conexão com o sagrado. Ao contrário da simples contemplação, o fiel se torna participante, atuante de forma vivamente emocional na narrativa religiosa.

Figura 4 – Senhor dos Passos, década de 1930.



Fonte: Acervo Luis Fontana, IFAC-UFOP.

As imagens de vestir (Fig.4), nesse contexto, desempenham um papel importante no fenômeno da experiência estética e experiência devocional. Seu aprumo artístico, e opulente, conciliado com o ambiente ritualístico, é capaz de desencadear experiências estéticas e sensoriais completas. com vestimentas confeccionadas pela comunidade, atuam como “personagens” vivos.

O simbolismo e iconografia que remete ao sofrimento de Jesus Cristo representado na escultura, é refletir as dores particulares, o olhar triste em lágrimas de Nossa Senhora das Dores, é vivenciar a dor de uma mãe, facilitando as projeções dos anseios pessoais, criando a conexão de fé e experiência devocional.

Embora seja primordialmente um bem sagrado, sua trajetória trouxe novas atribuições: objeto histórico, objeto artístico, documento e patrimônio cultural, passando operar em novos níveis de estrutura de poder e pertencimento. Dessa forma, é necessário retomar ao seu sentido primário, o religioso, e dimensionar como esse sentido é capaz de desencadear conexão singular com os usuários, e como ela transita entre sua preservação material e simbólica.

1.2 O conceito de experiência estética e experiência devocional

A partir da caracterização do Nosso Senhor dos Passos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar como um bem patrimonial de relevância histórica e artística em Ouro Preto, faz-se necessário entender como a sua dimensão material transcende os processos subjetivos que ele desperta. Ao compreendermos como a agência dos objetos se manifesta nos indivíduos por meio de experiência estética, podemos entender como a experiência devocional surge como consequência.

No estudo da filosofia, o conceito de estética é interpretado como a busca do entendimento da natureza dos sentidos e a investigação da essência da beleza, incluindo também a compreensão dos fundamentos da criação artística. A arte se materializa a partir do trabalho humano de moldar e equipar as energias da natureza sentidas e vividas, em uma estrutura concreta, consciente e organizada. Esse ato de expressão idealizado que se transforma em matéria, se torna canal para a formação da experiência estética. A arte, ou objeto artístico, nesse caso, se torna uma conclusão refinada da comunicação direta e intensa entre o indivíduo e sua forma idealizada de expressão.

A experiência estética como fenômeno que pode ser vivenciada na cultura material de forma cotidiana, não é algo exclusivo a museus ou locais onde estamos em contato direto com arte. A conexão com elementos que despertam uma sensação ou emoção, sendo um objeto de arte ou não, é capaz de desencadear uma experiência humana de conexão com o seu ambiente. Essa conexão no campo estético, ocorre de uma forma íntima, intensificado a uma experiência completa (Dewey, 2010)

O processo da experiência estética é dinâmico e sistemático, que se inicia em sua construção material e finaliza nos indivíduos. O criador em busca do equilíbrio, entre seus sentidos e o ambiente, materializa a estética. Dewey identifica que a experiência estética necessita de uma ação de “fazer e sofrer”, o indivíduo domina as sensações (o fazer) e constrói a experiência em si mesmo (sofrer), “o que é feito e o que é vivenciado, são instrumentais um para o outro, de maneira recíproca, cumulativa e contínua”. (Dewey, 2010, p.131).

O vivenciado é a percepção estética, o reconhecimento das sensações e sentimentos, como a emoção. Para isso, é necessária uma entrega do indivíduo ao objeto, a emoção, se torna assim, um elo de organização da experiência, caminhando a uma conclusão e unidade do fenômeno.

> A percepção é um ato de saída da energia para receber, e não de retensão da energia. Para nos impregnarmos de uma matéria, primeiro temos de mergulhar nela. Quando somos apenas passivos diante de uma cena, ela nos domina e, por falta de atividade de resposta, não percebemos aquilo que nos pressiona. Temos de reunir energia e colocá-la em um tom receptivo para absorver. (Dewey, 2010, p.136)

A fenomenologia da experiência estética como a relação mais profunda do homem com o mundo sensível, se manifesta pelo entendimento do Belo, como uma organização de qualidades intrínsecas aos objetos percebidos pelos indivíduos. Essas qualidades, dão sentido ao sensível, materializa a conexão do homem com o mundo que está vivenciando. A experiência estética não pode ser explicada por uma teoria lógica ou prática, somente experimentada e concluída pelo sentimento. (Dufrenne, 2008).

A entrega do indivíduo pode se dar em várias dinâmicas e dimensões diferentes, sendo determinante a bagagem individual e formas de absorção. Sendo possível ocorrer pela fruição artística ou no caso do Nosso Senhor dos Passos, catalisada em forma de experiência devocional. Para os fiéis, a interação com a escultura de Nosso Senhor do Passos, em sua materialidade singular, envolta dos

rituais, procissão, o canto, a oração e a identificação emocional com a figura de Cristo sofredor, possibilitam a imersão e participação desse ambiente.

Apesar da escultura ser uma obra de arte, que antes de tudo, se trada de um físico, material, ele se transforma a partir da percepção do indivíduo, em uma "qualidade afetiva inexprimível a totalidade sintética do mundo: ele faz compreender o mundo ao compreendê-la em si mesmo, e através de sua mediação que eu o reconheço antes de conhecê-lo" (Dufrenne, 2008, p.53).

A teoria de John Dewey sobre experiência estética, oferece uma oportunidade para compreender a profundidade da vivência devocional em Ouro Preto, resultando em uma experiência devocional, devido a particularidade do objeto agenciado. Para o autor a experiência estética não é um evento passivo de contemplação de um objeto isolado, mas um processo dinâmico e holístico. Assim, a experiência transcende a mera apreciação formal da escultura como obra de arte; ela se torna uma experiência estética completa, onde o objeto sagrado é o catalisador de uma conexão profunda e íntima com o divino, integrando corpo, mente e espírito em um fluxo contínuo de percepção e sentimento.

Dessa forma, é possível perceber a continuidade da experiência estética desencadeada pela singularidade do objeto como arte, e sua completude em uma experiência devocional, que se consolida a partir do envolvimento dos indivíduos na imersão no ambiente sacralizado. Embora a experiência estética e a experiência devocional compartilhem elementos estruturais como emoção, percepção e envolvimento sensorial, elas não são equivalentes. A experiência devocional implica uma orientação transcendente, na qual o objeto não é apenas percebido, mas reconhecido como mediador do sagrado.

> A experiência estética é sem dúvida um dos caminhos que nos permitem penetrar no véu espesso do mistério do mundo, do homem e de Deus e, uma tal experiência pode perfeitamente se realizar no contato com a beleza, ela também transformada num caminho para o mistério. (Dias, 2016, p.12)

Compreendida, neste trabalho, a partir da perspectiva de John Dewey, a experiência estética não se reduz à contemplação formal de um objeto artístico, mas constitui um processo vivido, integrado e culminante, no qual percepção, emoção e participação se organizam em uma unidade significativa. Entretanto, no contexto do patrimônio religioso em uso, essa experiência não se encerra na dimensão sensível ou expressiva. Quando o objeto percebido é reconhecido como mediador do sagrado,

a experiência estética é deslocada para um campo de transcendência, assumindo uma orientação devocional.

Nesse sentido, a experiência devocional não substitui a experiência estética, mas a reconfigura, mantendo sua estrutura sensível e afetiva, ao mesmo tempo em que a inscreve em uma lógica de fé, pertencimento e relação com o divino. É nesse ponto que a reflexão quanto a experiência estética, dialoga com o entendimento da materialidade da imagem sacra, ultrapassando sua condição artística para atuar como presença eficaz no universo religioso.

A palavra "devocional" derivada da palavra *devoção*, vem do latim *devotio,* ou seja, um ato de dedicar, consagrar a algo. Embora parta de uma ação subjetiva e íntima, ligada primordialmente a espiritualidade individual, a devoção se torna a materialização da espiritualidade em atos concretos, gestos, orações, peregrinações, festas e cultos. A devoção se torna assim, a forma como a espiritualidade se torna visível e tangível, “não devem ser compreendidas simplesmente como representações submissas à visão do observador, mas, em vez disso, levadas a sério como algo que pode fugir do controle humano”. (Meyer et al., 2019, p. 117).

Nesse contexto, a necessidade por entendimento da realidade, está no paradoxo entre profano e o sagrado. A manifestação do sagrado transforma algo aparentemente comum em portador de significado transcendental, sem que deixe de pertencer ao mundo material (Eliade,1992). Assim, uma imagem, como a do Nosso Senhor dos Passos, quando em seu contexto ritual, não é apenas madeira entalhada e policromada, ela se converte em presença, em um elo direto entre o fiel e o divino. A espiritualidade íntima encontra sua expressão e fortalecimento em práticas devocionais em torno do objeto sagrado.

Essas imagens são fruto da imaginação humana, feitas por humanos e assim com características humanas. Meyer (2019) explora essa ideia, inserindo que a interpretação da experiência devocional não deve se focar apenas na matéria, mas como se organiza no ambiente onde ele atua investida de poder capaz de influenciar as práticas de relacionamento em ambientes diversos. Os elementos adquirem significado, capaz de moldar a percepção visual dos fiéis, como também de evocar manifestações sensoriais, emotivas e racionais. Os objetos devocionais não são passivos, mas ativos na formação devocional de uma comunidade.

1.3 Capital simbólico e a biografia social do Nosso Senhor dos Passos

Apartir da análise da dimensão da relação entre fiel e imagem, torna-se necessário deslocar o olhar para outra camada interpretativa: a dos regimes de valor que atravessam o objeto. Para além da experiência estética e devocional, o Nosso Senhor dos Passos participa de disputas simbólicas e institucionais que redefinem continuamente sua posição social.

O fiel enxerga nos objetos religiosos além de suas características formais, além de sua designação como “objeto de arte”. A partir do conceito do capital simbólico – formas de legitimação perpetuadas na sociedade do capital social, econômico, cultural ou religioso, que conferem reconhecimento, prestígio ou honra, e são formalizadas e valorizadas em uma hierarquia e constante disputa nos campos sociais – percebe-se que objetos religiosos se constituem-se assim, como capitais simbólicos, percebidos e valorizados dentro de sua esfera social, legitimando as práticas e ações em torno dele (Bourdieu, 1996).

Figura 5 - Fiéis carregando o andor na Rua Claudio Manoel, 2022.



Foto: Tayami Fonseca França. Data: 2022

A imagem do Nosso Senhor dos Passos, detém um capital simbólico, atraindo a devoção e sendo legitimada continuamente nos rituais da Semana Santa. Essa ação

contínua executada pelos fiéis, se torna o *habitus religioso*, “princípio gerador de todos os pensamentos, percepções e ações, segundo as normas de uma representação religiosa do mundo natural e sobrenatural” (Bourdieu, 2015, p.57).

As vestes confeccionadas pelos fiéis, a ornamentação da escultura, o ato de carregar o andor (Fig.5) do Nosso Senhor dos Passos não são apenas rituais isolados, mas elementos que ativam a emoção e a conexão espiritual, tornando-o um personagem vivo nas celebrações. A interação física e a participação ativa na "vida” do objeto, são cruciais para a experiência da fé, em oposição a uma contemplação distante e puramente estética. Sendo, dessa forma, bases que estruturam o *habitus religioso*, que possibilita os indivíduos o sentimento de pertencimento e integração.

As formas de expressão devocional, também podem passar por transformações. Novas formas de devoção podem surgir, desafiando o capital simbólico estabelecido (tradição, liturgia) e, eventualmente, gerar novas formas de reconhecimento e legitimidade. Isso se dá pela trajetória e modificações da sociedade.

Nesse contexto, é possível entender como os objetos não são estáticos, mas sim entidades dinâmicas que adquirem significados e valores através de suas trajetórias e interações sociais. Os objetos ao terem uma "vida social", estão, portanto, reconhecidos na história de suas formas, usos e significados, que são constantemente negociados, transformados, em um processo de mercantilização das “coisas”. (Appadurai, 2021).

A agência dos objetos religiosos, atuam como mediadores de relações sociais, mobilizando afetos, memórias, promessas e experiências coletivas que ultrapassam sua dimensão física. Assim, a imagem sagrada participa de uma rede de significados que se atualiza continuamente, sobretudo durante rituais como procissões, celebrações da Semana Santa e eventos devocionais que reafirmam sua importância comunitária.

O Nosso Senhor dos Passos, carrega em sua trajetória um percurso social completo, constituindo assim uma biografia cultural, “como uma entidade culturalmente construída, dotada de significados culturalmente específicos e classificada e reclassificada em categorias culturalmente constituídas.” (Appadurai, 2021, p.87). Ao seguir o rastro da produção e origem no XVIII, encomendada pela irmandade homônima (propósito religioso e social específico: servir de personificação da devoção do grupo), revelamos as relações humanas, as tensões políticas e os

contextos culturais que ele atravessou, interpretando também as transformações que a imagem condicionou a comunidade.

O valor não é inerente ao objeto, mas é o resultado de julgamentos políticos e sociais, que estão dentro de um sistema de trocas e negociações que exigem contrapartidas. Embora a lógica comum, é conferir uma “contrapartida” tangível, como o dinheiro, em transações de coisas, essas negociações podem ser realizadas em contextos em que o valor de troca é incalculável, incapaz de ser vendida, conferindo “uma aura especial de isolamento daquilo que é mundano e comum” (Appadurai, 2021, p.88).

Os bens culturais que estão em aspecto devocional em uso, estão tencionados assim, a negociações constantes: seu papel como patrimônio cultural, de servir como documento, como fruição artística, como elemento turístico, por exemplo, são as “contrapartidas” esperadas em determinados setores sociais. Entretanto, para os indivíduos, no caso, os fiéis, os objetos estão ligados por uma relação com o divino, em que a contrapartida é expressa pela relação de fé, que não é uma troca econômica, mas uma relação de reciprocidade transcendente que desafia a lógica de mercado.

Os objetos devocionais, possibilitam um elo tangível para o fiel expressar sua religiosidade, criando uma relação sagrada e particular, que molda suas formas de percepção da realidade. Pois “em qualquer sociedade, o indivíduo frequentemente se vê imprensado entre a estrutura cultural da mercantilização e suas próprias tentativas pessoas de colocar uma ordem valorativa no universo das coisas” (Appadurai, 2021, p.96).

Essas tentativas pessoais, podem ser expressas de forma singulares, adquirindo aspecto de sacralidade. A experiência devocional atua nesse exato momento, em que o objeto é "desmercantilizado", tornando-se imune a qualquer regime de valor que não seja o do Sagrado. O Senhor dos Passos não pode ser trocado, ele é uma presença única, atuando como um ponto de convergência entre o material e o imaterial, entre o visível e o invisível, assumindo uma centralidade que não pode ser plenamente explicada apenas por sua composição artística.

Entretanto, como anteriormente mencionado, os objetos religiosos possuem atribuições que lhes foram dadas ao longo do tempo, além de passarem a atuar em dimensões sociais diversas. Apesar de seu uso primário concebido no campo religioso, seu uso atual está imerso e atuando em diferentes agências sociais,

autônomas, mas que competem por posições dominantes. O Nosso Senhor dos Passos, nesse contexto, está condicionado constantemente ao regime de transações entre esses campos (artístico, religioso, econômico e político), que em até certa medida, buscam em comum a preservação dele como objeto material, mas em disputa pelo “monopólio da gestão” (Bourdieu, 2015).

A perspectiva da Igreja em relação a sua caracterização como patrimônio cultural, está bastante relacionada ao papel de elemento de evangelização. Ao condicionar os objetos devocionais a expressões de “devoção popular”, agregam valores distintos aos atribuídos pelo Estado. O poder público visando a preservação de sua materialidade para gerações futuras, cria normativas que tenta homogeneizar a manipulação e uso desses objetos. Embora, as duas esferas sociais reconhecem o valor singular atribuído pelos fiéis, a dinâmica de regime de poder está em constante articulação.

A *vida* do Nosso Senhor dos Passos identifica que sua biografia não se encerra na esfera da fé, mas expande-se para novos e complexos regimes de valor ao ser institucionalizado como bem tombado. Ao transitar de um objeto devocional para a condição de patrimônio cultural oficial, a imagem passa a estar em um território de fronteira, onde a aura do sagrado e a normativa do Estado coexistem em constante atrito. Como bem cultural, ele não é apenas um canal de espiritualidade, mas um campo de forças onde o direito ao uso ritual dos fiéis, a obrigação de preservação do Estado e o interesse evangelizador da Igreja disputam sua gestão.

Dessa forma, o Nosso Senhor dos Passos consolida-se como um objeto tensionado: um bem que, embora fixado em sua materialidade pelo tombamento, permanece dinâmico e em disputa, exigindo negociações ininterruptas entre o tempo da tradição religiosa e as exigências da modernidade institucional.

2. CONSERVAÇÃO DE BENS SACROS TOMBADOS

2.1 Nosso Senhor dos Passos: objeto devocional em uso

A relação entre os objetos sagrados patrimonializações e a experiência devocional dos indivíduos continuamente passam por momentos de tensão. Ao compreendermos que existe a agência dos objetos na relação com fiéis, é necessário interpretar como a bagagem da atribuição patrimonial impacta na experiência vivida. Por um lado, as diretrizes de conservação, fundamentadas em critérios técnicos e normativos, que buscam assegurar a integridade material dos bens e a sua longevidade, entram em colisão com as práticas religiosas, marcadas por rituais, carregadas de afeto e memoria, que ultrapassa os valores meramente históricos e artísticos. É nesse encontro que surgem os conflitos — ou as convergências — que merecem ser investigados.

Brooks (2012) indica que conservar um objeto sagrado é também interpretá-lo, e que intervenções aparentemente neutras, como uma limpeza ou substituição de partes, podem alterar profundamente sua função simbólica e ritual. Pensar na conservação de bens sacros tombados exige conhecer como esse objeto sagrado é manuseado, transladado e modificado pelos indivíduos do qual pertence.

O Depósito do Nosso Senhor dos Passos, é o momento que a imagem é transportada de forma solene para a Matriz de Nossa Senhora da Conceição, para veneração até o Domingo de Ramos. No primeiro dia, tradicionalmente ocorre a Procissão do Encontro, cerimonia para litúrgica que relembra a Via Dolorosa da Paixão de Cristo. A imagem do Nosso Senhor dos Passos é levada em procissão até a Praça Tiradentes, onde encontra a imagem de Nossa Senhora das Dores, tradicionalmente é transportada da Igreja de Nossa Senhora das Mercês (Souza, 2024).

A Procissão do Encontro é uma das celebrações com mais visibilidade de público e busca por parte da comunidade. A cerimônia continua pelas ruas da cidade, até a Matriz de Nossa Senhora do Pilar e retornando a Matriz de Nossa Senhora da Conceição (quando organizada pela Paróquia), o que se considera um percurso de aproximadamente 2km, e que dura por horas. Em cada Capela dos Passos, um pequeno ritual é feito e a procissão continua (Souza, 2024).

A preparação das imagens é uma etapa importante para a celebração. O costume da “lavagem” do Nosso Senhor dos Passos, é bastante popular em cidades mineiras. Em Morro Vermelho, Caeté, a tradição da lavagem com cachaça a imagem do século XVIII ainda ocorre na Quarta-Feira de Cinzas, sendo inventariada pelo IEPHA-MG. Em Ouro Preto há relatos de que a imagem era limpa com óleos minerais, entretanto, essa tradição não ocorre mais há aproximadamente dez anos.

Tais manifestações religiosas, são frequentemente referenciadas pela Igreja como “devoção popular”, como forma de justificar sua não intervenção nessas ações. Percebe-se assim, novamente a “contestação do monopólio eclesiástico”, vista como uma das formas de “concessão”, onde a Igreja se organiza para manter ordem e possibilitar que uma “autonomia” dos fiéis em seus rituais religiosos. (Bourdieu, 2015)

As zeladoras do Nosso Senhor dos Passos, são responsáveis por realizar a troca das vestes, arrumar a peruca, perfumes e ornamentos. A imagem que durante todo o ano, está no altar colateral da Matriz do Pilar, é deslocada para o centro da igreja. Visto sua dimensão, quase dois metros de altura, são necessárias várias pessoas para esse serviço. Como escultura articulada, ela é disposta em pé, para assim ser ornamentada corretamente. (Pereira, 2014)

É importante frisar como a preparação da imagem, gera uma conexão entre o sagrado e os indivíduos. A conexão com a escultura, é intensificada com sua preparação para o ritual, onde a escultura se personifica e passa a ter valor inestimável. Pereira (2014), pesquisou como a interação entre esses objetos religiosos e as pessoas se dá em um contexto de imersão espiritual. A Semana Santa em Ouro Preto, neste caso, constrói diversos mecanismos de conexão com o sagrado a partir do contato direto com as esculturas. A questão da conservação e preservação do objeto se mistura com a essência do sentido sagrado dessas esculturas.

> No meio desse movimento da irmã, Magda dispara: “pelamor de Deus! Toma cuidado!”, ao que um dos rapazes presentes intervém, tentando acalmá-la. Ele lhe assegura de que não há perigo de sua irmã cair, de que eles estavam ali pra ajudar. Imediatamente, ela responde: “tô preocupada com ela não, tô preocupada é com ele! Ela recupera! Ele é que não pode cair!”. Ou seja, a queda de um ser humano, de um familiar, embora traumática, poderia ser recuperada, enquanto uma imagem como aquela dificilmente obteria os modos de se refazer integralmente como antes do acidente. (Pereira, 2014, p.90)

Após a imagem preparada, os andores são ornados com flores e plantas aromáticas, principalmente manjericão, mirra e alecrim, depositados pelos próprios féis. Assim como em diversas cidades mineiras, a tradição que remete ao século XVII

e XVIII de ornamentação com plantas aromáticas, é carregada de simbolismo e afetividade. O ritual se torna uma experiência sensorial completa.

Durante a Procissão do Encontro de 2025, a partir de observação participante, o andor não portava plantas aromáticas. Comentários dos fiéis próximos ao andor, a respeito de "*o patrimônio não deixou*", induziu indagações. Embora trate-se de uma informação não verificada que circulou entre a comunidade, durante a cerimônia de início da procissão, foi possível perceber fiéis depositando suas ervas sobre os pés da imagem, embora contestados pelos fiéis da irmandade (Fig.6). É visível a força da tradição, e o envolvimento dos indivíduos na criação do ritual e da experiência devocional.

Figura 6 - Fiéis depositando plantas aromáticas no andor do Senhor dos Passos.



Foto: Cybele Nascimento Silva. Data: 13/04/2025

Embora a lógica de que a conservação de um bem cultural tombado depende primariamente de intervenções técnicas e institucionais, no caso do Nosso Senhor dos Passos e demais imagens devocionais, a preservação é, em grande medida, impulsionada pelo desejo intrínseco dos fiéis de manter a imagem bem pelo que ela

representa em termos de fé. Além disso, o ritual, é preservado de maneira intensa, com particular atenção. Como visto anteriormente, o *habitus* religioso, é fundamental na manutenção da tradição, que em Ouro Preto, é intimamente ligada a percepção da própria história.

> O catolicismo, tanto em seus templos, quanto em suas festas e formas de agremiação religiosa, se revela como um elemento constitutivo do ideário mantido sobre o interior de Minas Gerais. E dentre tais valores, destacam-se em relação a Ouro Preto aqueles associados às ideias de origem da cidade, como a contraposição entre suas paróquias centrais que se verifica durante a Semana Santa. Junto com a dramaticidade evocada no contexto ritual em questão, a forma artístico-religiosa de se recontar, ano após ano, a narrativa bíblica da Paixão cristã se desdobra em uma maneira de recontar parte da história local e de sua própria identidade – seja para os moradores ou destes em relação aos turistas atraídos para a festa. (Pereira, 2017, p.16)

Essa autonomia da comunidade na gestão do uso ritual e, consequentemente, na preservação da imagem, é sem dúvida, uma metodologia de conservação doméstica, onde o cuidado não advém de uma imposição externa apenas, mas de um profundo senso de pertencimento e responsabilidade com a sacralidade, embutido na trajetória idealizada da cidade como patrimônio nacional.

Figura 7 - Fiel em momento de oração com Senhor dos Passos.



Foto: Cybele Nascimento Silva. Data: 13/04/2025

Figura 8 - Preparação do andor em 2016, com fiéis depositando plantas aromáticas.



Foto: Tayami Fonseca França. Data: 2016

A manutenção da imagem em bom estado é um ato de fé, um testemunho da devoção e um elo com a tradição que transcende as normativas técnicas. É a crença no poder e no significado da imagem que motiva o cuidado, garantindo sua continuidade e relevância para as gerações futuras.

Um exemplo contundente da importância ritual e sobre as preocupações de conservação material, na perspectiva dos fiéis, é a estratégia utilizada na Procissão do Encontro (Fig.9). Em um período tradicionalmente chuvoso em Ouro Preto, as imagens foram cobertas com plásticos transparentes para protegê-las. Houve algumas ameaças de cancelamento da procissão, mas a solução foi encontrada com rapidez. Todos os fiéis participantes: carregadores de andor, anjos, irmandades, estavam expostos a chuva. Esse fato ilustra vividamente que, para a comunidade, a experiência ritualística é inegociável.

A procissão, como ato de fé e tradição, tem um valor intrínseco que supera a preocupação com a integridade material da imagem em um evento pontual. O plástico,

nesse contexto, atuou aqui como forma de conciliar a premissa de preservação, como um valor do regime institucional de patrimônio; e a continuidade do ritual como um valor do regime devocional, um exemplo contundente da tensão entre diferentes regimes de valor que incidem sobre o objeto devocional. A decisão de cobrir as imagens com plástico, não é técnica, mas uma tática dos fiéis, que emerge de uma disputa de campo entre os diversos agentes sociais que que atuam sobre a imagem, na busca pelo "monopólio da gestão" sobre o objeto e seu significado. A sacralidade da experiência ritualística se confronta e se adapta às exigências de conservação material, reconfigurando sua trajetória e significado em tempo real, em uma complexa articulação de capitais e habitus em disputa.

Figura 9 - Senhor dos Passos na Procissão do Encontro em 2024.



Foto: Tayami Fonseca França. Data:26/03/2024

O espectro do patrimônio, circunda definitivamente as formas relacionais dos fiéis com os bens culturais, tornando a questão complexa. Normativas ou diretrizes que não são apresentadas aos fiéis de forma dialógica, podem surgir por meio de circulação de informações não comprovadas, gerando impactos na relação devocional. O papel da Arquidiocese de intermediaria entre os setores públicos de

preservação e os fiéis, não é bem delimitada, tornando a sua *não presença*, consequências de possíveis inconsistências.

A imposição de critérios puramente técnicos ou estéticos, desvinculados da experiência de fé, pode transformar um objeto sagrado em um mero artefato museológico, esvaziando-o de seu significado mais profundo. A institucionalização, não apagou a devoção, mas a obrigou a se tornar estratégica: o fiel agora negocia sua fé dentro de um cenário de regras burocráticas, transformando o ato de devoção em um ato de manutenção de sua própria história e identidade.

A preservação do Nosso Senhor dos Passos, não deve ser reduzida apenas por ações de restauração ou de contensão de danos. Se essa perspectiva for seguida formalmente, a escultura em madeira policromada, não sairia em procissão em dias chuvosos, correndo risco de um dano em sua matéria. Ou não seria perfumada e ornada com os tecidos tingidos, que podem manchar a policromia. A imagem não é apenas um bem a ser conservado, mas um elemento que produz continuidade cultural e reforça vínculos sociais. É necessário considerar que a proteção do patrimônio religioso deve equilibrar conservação material e preservação do sentido social, garantindo que o bem permaneça vivo, em circulação e em diálogo com aqueles que historicamente lhe atribuem valor.

2.2 Sistema de preservação do Poder Público e Igreja Católica.

Se o Nosso Senhor dos Passos é um objeto de profunda significância cultural e religiosa, sua preservação exige um olhar atento às normas e legislações que regem a proteção de bens sacros tombados. Apesar de não possuir tombamento isolado, está inserido em um sistema de preservação integral, normatizado pelo IPHAN. Tendo em vista a compreensão aprofundada do patrimônio religioso de Ouro Preto e da experiência estética devocional, conforme discutido no capítulo anterior, torna-se imperativo analisar as práticas e os desafios relacionados à sua conservação.

A partir da década de 1960, a Igreja Católica passou por profundas transformações com as resoluções do Concílio Vaticano II (1962-1965). Este evento ecumênico não apenas reinterpretou velhos hábitos litúrgicos, mas também reconfigurou a visão da Igreja sobre seu próprio patrimônio cultural. Antes do Concílio, a arte sacra era vista primariamente como um instrumento de culto e catequese, com

uma preocupação mais interna e teológica. Com o Vaticano II, a compreensão do patrimônio cultural foi ampliada, reconhecendo-o como um bem público e um testemunho da fé e da história. Essa nova perspectiva culminou na criação de organismos como a Comissão Pontifícia para a Conservação do Patrimônio Histórico e Artístico da Igreja, em 1988, que foi crucial para consolidar a necessidade de preservação do patrimônio cultural pertencente à Igreja, não apenas para uso litúrgico, mas também como um legado cultural para a sociedade. Essa mudança de paradigma institucional, que se reflete em acordos internacionais e diretrizes pastorais, demonstra uma tentativa da Igreja de se alinhar com as exigências da modernidade e com as políticas de preservação do Estado, embora essa adaptação nem sempre se traduza de forma homogênea e eficaz em todas as suas camadas e comunidades locais.

O acordo entre o Governo Federal e a Santa Sé, promulgado pelo Decreto Nº 7.107/2010, reconhece de forma internacional, a importância do patrimônio cultural pertencente a Igreja e estabelece cooperação entre as partes. No Art.6º, o Estado Brasileiro, firma cooperação e parceria para preservação, valorização e promoção dos bens culturais relevantes por meio de ações jurídicas. O Art.7º por sua vez, garante a proteção dos lugares de cultos e seus elementos incorporados, pontuados entre eles, imagens e objetos culturais.

Tal documento é importante no entendimento que a Igreja no Brasil, compreende a necessidade da cooperação na preservação do patrimônio. O principal marco legal de proteção é o tombamento, que pode ser indicado por qualquer cidadão, desde que o bem cultural possua expressões de identidade, pertencimento e memoria dentro de uma determinada comunidade. O Dossiê de Tombamento, torna assim o documento legal de legitimação e aceitação do processo de preservação, sendo feito a partir de pesquisas e identificação histórica e estilística dos bens a serem protegidos. Essa documentação possibilita o monitoramento, sua evolução, orientando possíveis manutenções, atuando na conservação durante e depois do processo de tombamento. (Kühl, 2016). O instrumento pode ser efetivado por meio federal com IPHAN, por meio estadual com autarquias ou fundações especificas de cada federação, como o IEPHA-MG. As Comissões de Cultura municipais podem solicitar o tombamento de seus bens culturais, sendo fiscalizadas pelas respectivas autarquias estaduais.

O tombamento pode ocorrer de maneira isolada ou em conjunto. Essa metodologia de proteção, é comum quando se faz necessário a preservação não apenas do edifício, mas um grupo de bens que, unidos, possuem um valor histórico, artístico ou paisagístico superior à soma de suas partes individuais. O Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, marco legal que instituiu o tombamento como procedimento de preservação, em seu Art.1 assegura a inscrição de bens culturais no Livro de Tombo, de forma separada ou agrupada. A Constituição Federal de 1988, no Art.216, reafirma o decreto, ao reconhecer que o patrimônio cultural pode ser integrado individualmente ou em conjunto.

O contexto de Ouro Preto em relação aos processos de institucionalização patrimonial sempre esteve em constante debate. O marco legal de tombamento, visto geralmente como um ato de "congelamento" do bem cultura, impôs transformações na sociedade ouropretana, perceptíveis até hoje. O projeto de patrimônio nacional idealizado pelo SPHAN/IPHAN, reescreve a história da cidade diariamente, assim como propaga as diretrizes laboratoriais aqui utilizadas, percebe-se que "retroativamente, não só Ouro Preto tenha herdado as marcas da presença do órgão em sua caracterização atual, mas que também, e inversamente, possamos identificar no Instituto as consequências de seu interesse pela cidade e seus símbolos." (Pereira, 2017, p.16).

O tombamento da Matriz de Nossa Senhora do Pilar em 1939, dois anos após a criação do Decreto-Lei nº 25/1937, marca o início de uma transformação na biografia social de seu acervo, especialmente da imagem do Nosso Senhor dos Passos. A igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, foi tombada em 08/09/1939 pelo IPHAN, com número de processo 75-T-1938, inscrita no Livro de Belas Artes sob o nº 246. Seu tombamento foi em nível integral, o que inclui todos o seu acervo de bens móveis e integrados. Se por um lado a institucionalização garantiu a preservação material e a sobrevivência desses bens diante da modernização, por outro, ela inaugurou um processo de ressignificação que alterou a forma como a comunidade local interage com o sagrado. O tombamento introduziu uma mediação externa, que alterou o *habitus* predominante das irmandades, transformando o fiel de dono em usuário.

Antes do tombamento, a relação com os bens da Matriz do Pilar, era regida por uma ação devocional doméstica, onde as irmandades e fiéis detinham a autonomia plena sobre o uso, a manutenção e a manipulação das imagens. Com a

institucionalização, o Nosso Senhor dos Passos deixa de pertencer exclusivamente ao campo do sagrado para ingressar no campo do patrimônio nacional. A Matriz, nessa configuração atual, transita em duas esferas, a museal e a de templo, que se alternam diariamente.

A aplicação prática da proteção legal é reforçada por um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado entre a CNBB e o IPHAN, que tem sido renovado ao longo dos anos (o mais recente em 2023). O acordo possibilita mais relacionamento e comunicação entre o órgão público e a instituição. Em reportagem do site institucional da Arquidiocese de Mariana de 2021, o Coordenador da Equipe Executiva e de Fiscalização do Acordo de Cooperação Técnica entre a CNBB e o Iphan, afirma a importância da parceria entre as instituições, mas não apresenta questões a serem incorporadas na Arquidiocese.

O acordo, sem dúvida, é um instrumento importante na relação entre o poder público e a Igreja, entretanto, as parcerias atuam primordialmente nos bens imóveis. Não é referenciado as questões relativas ao patrimônio móvel, e implicações para sua conservação de forma eficaz que abarque a relação do fiel e o objeto religioso.

Atualmente, por meio da CNBB, que direciona normativas, consultas e legisla para os Bispos do país, a Comissão Episcopal para Cultura e Educação, possui o Setor de Bens Culturais, que atua em articulação com IPHAN. O principal intuito desse setor, além da promoção evangelizadora por meio dos bens culturais, é “realizar seus projetos e estimula à ação pastoral no campo dos bens culturais da Igreja, sobretudo na promoção, conservação, divulgação, preservação e pesquisa sobre esses bens” (Comissão Episcopal Pastoral Para Cultura e Educação, 2026).

A Comissão incentiva a criação de Comissões Diocesanas e regionais, onde pode ser oferecido conselho especializado em conservação e restauração em nível edificado e de bens móveis. A Arquidiocese de Mariana, que pertence a Regional Leste 2 da CNBB, possui em sua administração a Comissão Arquidiocesana dos Bens Culturais. Entretanto, não existe iniciativas ou projetos efetivos desta comissão.

Os projetos da CNBB incluem a publicação de cartilhas informativas da Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja como, “Carta Circular sobre a necessidade e urgência da inventariação e catalogação dos bens culturais da igreja”, lançadas na Coleção Pastoral da Cultura em 2018.

Os informativos abrangem desde a consistência da matéria dos bens culturais sacros, como também sua função social além da Igreja. A “Carta Circular sobre a função pastoral dos Museus Eclesiásticos”, pontua a necessidade de criação de projetos que estejam alinhados e em parceria com os órgãos públicos voltados para a preservação do patrimônio cultural. Além disso, indica a necessidade da educação patrimonial para os membros do clero “através da conscientização direta do valor eclesial e civil do patrimônio histórico-artístico eclesiástico” (Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja, 2018, p.90).

As cartilhas direcionadas pelas Comissões Pontifícias devem servir de base e direcionamento para que as camadas locais da Igreja – no caso Arquidiocese de Mariana, adaptem à sua realidade devocional, não sendo possível homogeneizar todos os contextos religiosos existentes. Visto que a institucionalização do objeto sagrado tenta reduzir a experiência devocional a uma métrica que visa a conservação material, a "qualidade afetiva inexprimível" (Dufrenne, 2008) que agencia os objetos devocionais, busca assim uma autonomia. A disputa não é apenas por como se restaura a madeira, mas por quem define o que o objeto é em cada momento de sua biografia social.

Dessa forma, é possível compreender a tratativa histórica da Igreja no Brasil, criando mecanismos de congregar as diversas funções que o patrimônio cultural possui: sua missão evangelizadora deve caminhar com a sua preservação material como objeto de fé e objeto histórico e artístico. Entretanto, essa dinâmica normativa não é sistematizada e efetiva em todas as camadas da Igreja, tornando assim o discurso fragmentado e fragilizado.

3. MONOPÓLIOS DE GESTÃO: PRESERVAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

3.2 Metodologia de pesquisa

A pesquisa se pautou por uma revisão teórica, onde foi possível incorporar o objeto de estudo dentro de uma concepção teórica relacional, que investiga assim, como a experiência devocional atua de forma determinante na preservação dos objetos religiosos. Entretanto, se fez necessário entender como a instituição católica, localmente representada pela Arquidiocese de Mariana visualiza as relações entre os fiéis e os objetos.

Para a coleta de dados primários, foi enviado por e-mail um questionário à Arquidiocese de Mariana, respondido pelo atual diretor do Museu Arquidiocesano de Arte Sacra (Anexo 1). Esta estratégia permitiu acessar parte das perspectivas da instituição sobre a complexa interface entre a fé, a tradição e as normativas de preservação patrimonial, garantindo uma profundidade de informações que seria desafiadora por outros meios e respeitando o tempo de resposta da entidade. Um dos desafios encontrados na pesquisa, foi a falta de contato com os responsáveis pelo setor de patrimônio cultural, no caso a Comissão de Arte Sacra.

Ao comunicar diretamente com os contatos institucionais da Arquidiocese, foi possível perceber uma certa dificuldade de identificar indivíduos responsáveis pelo gerenciamento do patrimônio da instituição. Dessa forma, as respostas aqui apresentadas, embora não seja totalmente direcionada para o objeto de estudo, foram eficazes para o entendimento da relação da Arquidiocese com os bens religiosos.

A análise dos dados coletados foi realizada por meio da análise de conteúdo, com foco na identificação de categorias temáticas emergentes das respostas. As perguntas abertas do questionário foram estruturadas em temas, a fim de investigar a natureza da relação e interação da Arquidiocese com os órgãos públicos de preservação do patrimônio; a percepção da instituição sobre os possíveis impactos das diretrizes de conservação na expressão devocional dos fiéis; e as estratégias e práticas de capacitação e engajamento da comunidade religiosa em relação à preservação desses bens.

O questionário foi direcionado para a análise da opinião da instituição, sendo direcionado para os responsáveis pela gestão do acervo sacro. Essa categorização permitiu desvelar as tensões e as estratégias de conciliação entre as esferas religiosa

e patrimonial, bem como as abordagens para a manutenção da vitalidade da devoção em face das exigências de conservação.

3.3 Análise dos Resultados e Disputas no Campo Religioso

Temática 1: Relação Arquidiocese e Órgãos Públicos de Preservação

A questão relacional entre a instituição e os setores de patrimônio cultural é algo relevante no entendimento de como as informações de diretrizes de conservação e manipulação dos acervos chega até os fiéis. Como visto anteriormente na pesquisa, a Igreja constantemente assume postura de não intervenção em atos de “devoção popular”, como ocorre na Lavagem do Nosso Senhor dos Passos de Morro Vermelho, Caeté. Embora este exemplo mostre uma manutenção da tradição e uma “concessão” em termos ritualísticos por parte da Igreja, tal exemplo não é constante.

A Arquidiocese como “proprietária” de 80% do acervo de patrimônio cultural do estado de Minas Gerais, é margeada constantemente pelos setores de preservação. Ao ser questionada quanto a interação com órgãos como IPHAN e IEPHA, a situação é descrita como pontual, ocorrendo "*quando a necessidade exige*", ocorrendo de maneira “*amistosa*”. O Museu Arquidiocesano de Arte Sacra por sua vez, possui uma ligação com o Ministério Público, com viés de fiscalização. A Arquidiocese possui uma Comissão de Arte Sacra responsável por encaminhar demandas relacionadas ao patrimônio.

ARQUIDIOCESE: Por parte do Museu de Arte Sacra e do Centro Cultural Dom Frei Manoel da Cruz o contato maior é com Conselho Municipal de Patrimônio. A peculiaridade das instituições não nos coloca em contato direto e constante com o IPHAN e o IEPHA, naturalmente, quando a necessidade exige, o contato acontece de forma amistosa.

Atualmente, o contato maior tem sido feito com o Ministério Público Estadual. Ele requisitou que todo o acervo presente no Museu pudesse ser refeito, segundo parâmetros estabelecidos por ele, o que demanda tempo e pessoal especializado. Não obstante as dificuldades temos procurado atender à solicitação dentro dos limites estabelecidos.

Essa colocação é importante para entender que a gestão do patrimônio religioso opera em um campo de tensões e negociações entre diferentes esferas. A atuação da Comissão de Arte Sacra e a interface com o Ministério Público indicam uma crescente formalização e regulamentação da relação entre a Igreja e a

preservação dos bens, o que pode impactar diretamente as práticas devocionais e a "vida social" dos objetos. No caso da escultura do Nosso Senhor dos Passos, percebe-se que tais recomendações não são acessíveis ou talvez não existam de fato.

O Museu Arquidiocesano de Arte Sacra está localizado na antiga Casa Capitular, anexada a Catedral da Sé de Mariana. O edifício de 1770, possui uma relevância no cenário da história da Primaz de Minas Gerais, sendo destinado para as reuniões e deliberações dos Cônegos da Sé. Por iniciativa do Arcebispo Dom Oscar de Oliveira, o Museu foi criado em 1962, sobe uma perspectiva de museu de arte sacra e histórico. Possui um acervo considerável de aproximadamente 2000 peças, distribuídas entre objetos ritualísticos, arte sacra (escultura e pintura) e indumentária religiosa. O museu é aberto a visitas, mediante compra de ingresso. Moradores de Mariana e distritos possuem entrada gratuita.

Temática 2: Capacitação e práticas de preservação

No ano de 2025, em comemoração aos 280 anos da criação da Arquidiocese de Mariana, o “Manual de Conservação Preventiva para os Bens Culturais da Arquidiocese de Mariana”, foi lançado por meio da Faculdade Dom Luciano Mendes. Direcionado para os membros da comunidade religiosa e os padres encarregados de igrejas que possuem caráter histórico-artístico. Este seria o primeiro material dessa categoria feito pela Arquidiocese, que possui o acervo de arte sacra maior do Brasil, além de possuir 80% do patrimônio histórico-artístico tombado em nível federal no estado, visto a abrangência de 79 municípios mineiros.

Diferentemente da Arquidiocese de Belo Horizonte, com um terço dos municípios constituintes, mas que possui um sistema concreto de fiscalização e controle de seu acervo patrimonial. Em 1996, por meio da Portaria nº 01/1996, foi criada a Comissão Arquidiocesana de Arte Sacra – CAAS que seria responsável pela orientação e validação de projetos de construção de igrejas e capelas, mas também fazer o inventário dos monumentos históricos e artísticos da Arquidiocese. Posteriormente, o CAAS foi incorporado ao Inventário da Arquidiocese de Belo Horizonte e mais recentemente ao Memorial da Arquidiocese, que contempla o serviço de documentação, conservação e fiscalização junto aos órgãos públicos as obras de restauro.

O questionamento quanto ao repasse de informações e protocolos de conservação patrimonial, não foi possível de ser respondido, visto que seria determinações dos Conselhos Arquidiocesanos.

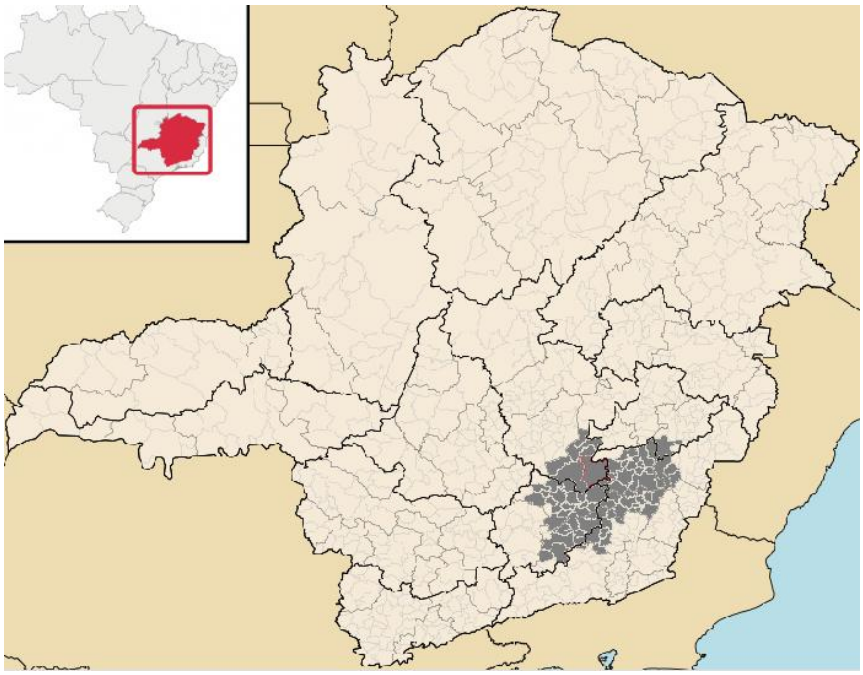
ARQUIDIOCESE: Não tenho condições de responder, por não estar inserido nos Conselhos Arquidiocesanos. Todavia, posso apresentar um link, da Faculdade Dom Luciano Mendes, ligada a Arquidiocese de Mariana, que propõe em várias discussões e qualificações quanto ao tema: https://faculdadedomluciano.com.br/arte-sacra/

A Faculdade Dom Luciano responsável pela formação clerical da Arquidiocese, também ministra cursos de curta duração para público externo. Cursos como *Gestão e Organização de Arquivos Eclesiásticos*, *Gestão de Risco do Patrimônio Cultural Eclesiástico* e *Como Elaborar Projetos de Intervenções em Bens Culturais Móveis e Integrados à Arquitetura*, estão disponíveis de forma online, entretanto são pagos. O que limita a participação de parte da comunidade de fiéis, tanto em nível econômico, como em acesso tecnológico.

A dificuldade em obter informações diretas sobre protocolos internos reforça a complexidade da comunicação e da implementação de diretrizes de conservação em uma estrutura tão capilarizada como a da Igreja. A existência de iniciativas de formação, como as da Faculdade Dom Luciano Mendes, sugere um esforço para conciliar as necessidades de conservação com a compreensão e o manejo adequado dos bens pelas comunidades, entretanto se tornam insuficientes visto a alta demanda existente e a falta de democratização das informações.

A dimensão e abrangência da Arquidiocese, torna assim, a cidade de Mariana distante, onde todas as informações estão concentradas, em um sistema de capacitação que não alcança os 22.680 km² de território da instituição (Fig. 10). É necessário frisar, que neste território temos grande parte da Estada Real, com cidades que surgiram no Ciclo do Ouro de Minas Gerais, e que abrigam acervos importantes em nível cultural.

Figura 10 - Mapa da região geográfica da Arquidiocese de Mariana.



Fonte: Wikipédia. Data: 2023

A questão quanto a projetos de capacitação é visivelmente uma lacuna verificável nas respostas apresentadas pela Arquidiocese.

ARQUIDIOCESE: Entretanto é perceptível a crescente preocupação com o patrimônio religioso, artístico e cultural, que está sob responsabilidade da Arquidiocese de Mariana. É bem verdade que, em muitos momentos a preocupação não vem acompanhada com a devida destreza, por limitação humana, nos encaminhamentos necessários. Nem todos tem a mesma facilidade de diálogo com os órgãos responsáveis. Recentemente a Faculdade Dom Luciano propiciou, nos cinco regionais da Arquidiocese, uma formação para pessoas que zelam e trabalham em Igrejas, ajudando-as a compreender a importância e grandeza do patrimônio com o qual elas trabalham, além de apresentar elementos básicos de uma adequada conservação.

A Faculdade Dom Luciano, novamente se torna o centro informativo, possibilitando capacitação. A capacitação indicada na resposta, foi fruto de projeto de incentivo cultural, que deu fruto ao Manual de Conservação, anteriormente mencionado. Realizada entre os meses de julho e setembro de 2025, possuía conteúdo programático esquematizado em: a importância da Conservação Preventiva nas Igrejas e Capelas da Arquidiocese de Mariana; boas práticas para preservação dos Bens Culturais Móveis e Integrados das Igrejas e Capelas; Conservação Preventiva das Edificações; apresentação e dicas para utilização do Manual de Conservação Preventiva – Bens Culturais da Arquidiocese de Mariana.

A oficina ministrada na Regional Mariana Leste, em Ponte Nova, de acordo com reportagem do site institucional da Faculdade Dom Luciano, reuniu cerca de 50 pessoas relacionadas as paróquias da região. Um número considerável, que mostra que existe uma busca e comprometimento por parte dos agentes e fiéis que convivem com os bens culturais, em uma orientação que busca a preservação.

A partir desta pesquisa, foi possível verificar que esta foi a primeira capacitação realizada em todas as regionais da Arquidiocese. Outras oficinas foram ministradas ao longo dos anos em Mariana, sempre de iniciativas externas a Arquidiocese. É necessário que uma maior compreensão dos bens culturais seja efetivada entre o meio clerical, e assim ser incentivada na comunidade leiga.

Temática 3: Impacto da institucionalização em práticas devocionais

Quanto ao questionamento sobre possíveis interferências nas práticas devocionais por conta da conservação dos objetos patrimonializações, as informações apresentadas são interessantes. Embora não argumente especificamente sobre o Nosso Senhor dos Passos, a questão do acervo do Museu de Arte Sacra é pertinente e pode ser exemplo para as questões abordadas no trabalho.

ARQUIDIOCESE: Todavia, a partir das obras que estão no Museu de arquidiocesano de Arte Sacra é possível falar de um impacto. Muitas das peças que se encontram sob custódia do Museu são de comunidades rurais pequenas, que não têm um mínimo de segurança para manter, em seus domínios, peças com valor artístico e histórico, naturalmente sem mencionar aqui o valor religioso.

Posso elencar aqui, algumas comunidades que frequentemente recorrem ao Museu, solicitando suas imagens para festas locais: Chapada de Ouro Preto, anualmente, por ocasião da festa da padroeira, Santana, busca no Museu a imagem de Santana de Aleijadinho; Furquim, distrito de Mariana, igualmente, na festa do padroeiro, Bom Jesus do Monte, busca no Museu peças pertencentes a Paróquia. A própria Catedral de Mariana, em grandes celebrações, solicita peças que estão sob guarda do Museu. Naturalmente quando estas peças são requisitadas, há por parte do solicitante e por parte do Museu um termo de compromisso e de responsabilidades. As peças voltam às origens, cumprem uma finalidade de fé, um ritual, e posteriormente retornam ao Museu. Até o presente momento este tem sido o modus operandi do Museu.

A resposta apresenta de forma concreta a tensão entre a conservação material e a prática devocional. O "empréstimo" das imagens para rituais demonstra uma tentativa de conciliar a necessidade de preservação com a importância do uso ritual e da experiência devocional para as comunidades. Isso reforça a ideia de que o valor do objeto religioso não é apenas estético ou histórico, mas profundamente funcional

e simbólico para a fé. O termo de compromisso, por sua vez, é um exemplo da formalização dessa negociação.

> No museu, a perspectiva que enquadra o objecto religioso é intencionalmente dessacralizada. Contudo, o museu em que se integra, geralmente um museu de arte, é um lugar especial, marcado pela excelência e preciosidade dos bens que nele são guardados, adquirindo um factor de distância face ao quotidiano que se aproxima dos processos de afastamento que levam à sacralização. Como uma alternativa aò espaço religioso, o museu realiza uma transferência de rituais através dos objectos que expõe. Retirando-lhes o sentido, na medida em que não assume qualquer referência à liturgia que lhes esteve associada, o museu cria (não apenas em relação às colecções de património religioso, mas às de património artístico em geral) os seus próprios métodos de fruição. Funda, assim, um ritual alternativo na relação entre público e objecto. (Roque, 2011, p. 207)

Entretanto, é visível a complexidade desse sistema: a retirada dessas peças de suas comunidades de origem, é feita de forma sumária ou amistosa? Os objetos, ao serem inseridos em museus, perdem parte do seu significado real, o que gera conflito entre as comunidades e a instituição. Ao utilizarem o termo “empréstimo”, e uma formalização em termo de compromisso, se cria um mecanismo de conflito entre posse e pertencimento entre a instituição e a comunidade. Essa perspectiva institucional, embora justificada pela necessidade de segurança e conservação de bens com valor artístico e histórico, desconsidera a profunda conexão e o senso de pertencimento que as comunidades estabelecem com esses objetos.

A capacitação e compartilhamento de informações pertinentes a conservação dos objetos, poderia ser um facilitador nessa relação? Visto que a Arquidiocese não apresenta projetos atuantes em conscientizar quanto a preservação dos bens em suas comunidades, como espera-se que elas tenham condições de proteger seus bens, de forma concreta? Essa dinâmica é paradoxal: para preservar a materialidade, sua “vida social”, trajetórias e usos são fragmentados.

> Para isto temos de seguir as coisas em si mesmas, pois seus significados estão inscritos em suas formas, seus usos, suas trajetórias. Somente pela análise destas trajetórias podemos interpretar as transações e os cálculos humanos que dão vida às coisas. Assim, embora de um ponto de vista teórico atores humanos codifiquem as coisas por meio de significações, de um ponto de vista metodológico são as coisas em movimento que elucidam seu contexto humano e social. (Appadurai, 2021, p.17)

A prática de emprestar os bens afetivos, relega a comunidade o papel de “solicitantes”, criando uma espécie de transação comercial, empresarial. A experiência devocional é interrompida, sendo retomada apenas em momentos específicos. O termo de compromisso que deve ser feito, reafirma que o objeto devocional perdeu

sua origem, o que pode gerar ressentimento, sensação de que sua cultura e suas tradições estão sendo controladas por uma autoridade externa, em vez de serem valorizadas e protegidas em seu contexto original.

> Os objectos estão fora do alcance do visitante, pela introdução de barreiras, estrados, vitrinas e todo um arsenal físico e psíquico que os separa definitivamente; mas, sobretudo, o objecto encontra-se deslocado do seu mundo real, da função específica para que foi concebido e em que foi utilizado. O museu é, portanto, um mundo artificial em que os indivíduos, imanência da realidade, se defrontam com vestígios daquilo que, habitualmente, já não é. Este distanciamento provoca uma aura mítica que envolve o museu numa espécie de autoridade prevalecente sobre o público. (Roque, 2011, p.209).

A aparente falta de controle ou interferência direta da Arquidiocese nos rituais, levanta questões sobre o papel da instituição na mediação entre a fé popular e as exigências de conservação. Embora a Arquidiocese possa atuar na custódia de peças em museus e na formação sobre conservação, a ausência de um diálogo estruturado e de diretrizes claras para as paróquias e comunidades sobre o manejo de suas imagens em contexto ritualístico pode ser interpretada como uma omissão. Essa lacuna de comunicação pode, paradoxalmente, fortalecer a autonomia dos fiéis, mas também os deixar vulneráveis a conflitos com outras esferas de poder.

O "modus operandi" de termos de compromisso e “empréstimos” é uma forma de "comercialização simbólica" da fé, o capital simbólico na mercantilização das coisas está em evidência. A instituição trata o bem como um ativo sob custódia, e não como um elo vivo da comunidade.

É fundamental argumentar que o papel de diálogo e entendimento deve ser primariamente da Arquidiocese para com os fiéis. A instituição eclesiástica, por sua proximidade e autoridade espiritual, é a ponte natural para traduzir as necessidades de conservação (muitas vezes baseadas em uma estética erudita e em critérios técnicos) para a linguagem e a lógica da fé popular. É através desse diálogo que se pode construir um consenso e desenvolver práticas de conservação que respeitem e integrem o uso ritual, sem descaracterizar a imagem ou alienar a comunidade.

A institucionalização do patrimônio religioso, levanta a questão da musealização do sagrado. Museus de Arte Sacra, como o Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Mariana, surgem como espaços ambivalentes. Por um lado, atuam como depósitos de fé, garantindo a custódia e a conservação material de peças que, muitas vezes, foram retiradas de suas comunidades de origem por questões de

segurança ou deterioração. Essa função de preservação é inegavelmente crucial para a sobrevivência física desses bens.

Por outro lado, a inserção de um objeto devocional em um ambiente museológico o submete a um novo regime de valor, onde a lógica da exposição, da catalogação e da contemplação estética (muitas vezes dessacralizada) prevalece sobre a função ritualística original. Como aponta Roque (2011), o museu cria um mundo artificial onde os objetos são deslocados de seu mundo real e de sua função específica, gerando um distanciamento que, paradoxalmente, pode conferir uma nova categorização ao museu como autoridade. A tensão reside na tentativa de conciliar a necessidade de preservar a materialidade com o risco de alienar o objeto de sua alma devocional, transformando-o de um agente vivo da fé em um mero artefato histórico-artístico a ser observado por trás de vitrines.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou investigar as complexas interseções entre a patrimonialização institucional e a experiência devocional, tomando como centro a imagem do Nosso Senhor dos Passos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar em Ouro Preto. Ao longo deste estudo, percebe-se que o objeto sagrado não é uma entidade estática, mas um território em constante disputa, onde diferentes regimes de valor e agências sociais colidem na tentativa de definir o que constitui a essência e a preservação desse bem.

O entendimento dos conceitos de experiência estética de John Dewey e Dufrenne, possibilitou compreender como o fenômeno estético possibilita a experiência devocional. A aplicação das teorias de Arjun Appadurai e Pierre Bourdieu permitiu compreender que o Nosso Senhor dos Passos possui uma "biografia social" marcada por um paradoxo fundamental: embora tenha sido um dos primeiros bens a ingressar no regime de tutela estatal em 1939 – a partir do tombamento da Matriz do Pular, garantindo sua sobrevivência física, essa mesma institucionalização impôs uma mediação que tenciona o *habitus* religioso da comunidade. A análise revelou que a "vida social" da imagem é regida por uma inalienabilidade que desafia as lógicas de mercado e as normativas técnicas, reafirmando que, para o fiel, a eficácia do sagrado reside na sua presença e no seu uso ritual, e não apenas na sua integridade material.

O estudo de caso dos usos ritualísticos da Procissão do Encontro, marcado pelo uso de táticas pragmáticas, serviu como um exemplo da resistência da experiência estética e devocional. Isso demonstra como a comunidade de fiéis detém uma agência própria, capaz de formular táticas de preservação que priorizam a continuidade do ritual. Tais ações evidenciam que o monopólio da gestão, disputado entre o Estado (com sua lógica homogeneizante) e a Igreja (com sua missão evangelizadora), é constantemente subvertido pela "estética popular", que reconhece no objeto um personagem vivo e indomável.

A análise do questionário enviado à Arquidiocese de Mariana trouxe à tona uma lacuna institucional preocupante. A falta de diálogo direto com as comunidades e a burocratização do acesso aos bens (empréstimos e termos de compromisso do Museu de Arte Sacra) indicam uma tendência à alienação do sagrado de seu contexto original. Essa fragmentação do discurso institucional fragiliza a preservação, pois

delega ao fiel a responsabilidade última pela manutenção de uma tradição que a própria instituição, por vezes, falha em mediar de forma democrática e participativa.

Este trabalho reafirma que a patrimonialização do sagrado é uma negociação ininterrupta de sentidos. O desafio para a Museologia e para as políticas de preservação contemporâneas é reconhecer que a verdadeira preservação não reside no isolamento do objeto em vitrines ou manuais técnicos, mas na integração de sua dimensão material com a vitalidade do ritual. Proteger o Nosso Senhor dos Passos exige, portanto, proteger o direito ao toque, ao movimento e à imersão sensorial do fiel.

A conservação de bens sacros deve ser pensada a partir de uma perspectiva integrada, que reconheça a coexistência de valores materiais e imateriais. Não se trata de escolher entre preservar a obra ou preservar a devoção, mas de compreender que a devoção é um elemento constitutivo da própria existência do objeto enquanto patrimônio. Um objeto religioso, quando retirada de seu contexto ritual, tende a sofrer um deslocamento de sentido: torna-se documento, torna-se obra de arte, mas deixa de ser presença religiosa. Esse deslocamento, quando não acompanhado por diálogo e mediação cultural, pode gerar conflitos de pertencimento e sensação de expropriação simbólica por parte das comunidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de**. Arqueologia e antropologia da agência**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2008.

ARQUIDIOCESE DE MARIANA. **Arquidiocese de Mariana, 280 anos preservando a memória, contando a história**. Mariana, MG: Arquidiocese de Mariana, 30 jul. 2024. 1 vídeo (3 min 10 s). Disponível em: https://arqmariana.com.br/video/arquidiocese-de-mariana-280-anos-preservando-a-memoria-contando-a-historia/

ARQUIDIOCESE DE MARIANA. **Dia Nacional do Patrimônio Cultural: padre Luciano, assessor do Setor de Cultura da CNBB, fala sobre a importância da preservação dos bens culturais**. Mariana, MG, 17 ago. 2021. Disponível em: https://arqmariana.com.br/noticia/dia-nacional-do-patrimonio-cultural-padre-luciano-assessor-do-setor-de-cultura-da-cnbb-fala-sobre-a-importancia-da-preservacao-bens-culturais/.

APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas: a mercadoria sob uma perspectiva cultural**.Tradução Aghata Bacelar. 2.ed. Niterói: Eduff 2021.

BARTEL, B. F.; PEREIRA, M. G. F. **Materialidades e estéticas religiosas: o papel dos objetos na produção de éticas devocionais e processos de subjetivação**. Rev.Cadernos de Campo, Araraquara, v. 24, n. esp. 1, e024005, 2024.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** Organização, introdução e notas de Sergio Miceli. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015. (Coleção Estudos).

BOURDIEU, Pierre. **As Regras da Arte.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BROOKS, M. M. **Seeing the sacred conflicting priorities in defining, interpreting, and conserving western sacred artifacts**. Material Religion, 2012, Ed. 8, p.10–28.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Aspectos da Semana Santa através do estudo das Irmandades do Santíssimo Sacramento: cultura artística e solenidades (Minas Gerais séculos XVIII-XX). In: **Revista Barroco Nº 19**, p.71-88, Belo Horizonte, 2005.

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. Gerais: **Revista Interinstitucional de Psicologia**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 179-191, 2013. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a03.pdf.

COMISSÃO ORGANIZADORA. **Conservação Preventiva: Da Teoria à Prática – Oficina nas regiões da Arquidiocese.** Mariana: Arquidiocese de Mariana, 17 jun. 2025. Disponível em: https://arqmariana.com.br/noticia/conservacao-preventiva-da-teoria-a-pratica-oficina-nas-regioes-da-arquidiocese/.

COMISSÃO PONTIFÍCIA PARA OS BENS DA IGREJA. **Carta circular sobre a necessidade e urgência da inventariação e catalogação dos bens culturais da igreja**. Brasília: Edições CNBB, 2017. Coleção Pastoral da Cultura, Caderno 1.

COMISSÃO PONTIFÍCIA PARA OS BENS DA IGREJA. **Carta circular sobre a função pastoral dos museus eclesiásticos.** Brasília: Edições CNBB, 2018. Coleção Pastoral da Cultura, Caderno 3.

DIAS, Marcos Antônio. A Deus pela beleza: fundamentos de uma teologia da experiência estética. **Revista Coletânea**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 30, p. 410-421, jul./dez. 2016. Disponível em: https://www.revistacoletanea.com.br/index.php/coletanea/article/download/98/71

DUFRENNE, M. **Estética e Filosofia.** São Paulo: Perspectiva, 3ª ed, 2008.

FACULDADE DOM LUCIANO MENDES. **Oficina do Manual de Conservação Preventiva reúne paróquias da Região Leste da Arquidiocese de Mariana**. Mariana, 2025. Disponível em: https://faculdadedomluciano.com.br/noticia/oficina-do-manual-de-conservacao-preventiva-reune-paróquias-da-regiao-leste-da-arquidiocese-de-mariana/.

FLEXOR, M. H. M. O. Imagens de roca e de vestir na Bahia. **Revista Ohun**, Salvador, v. 2, n.2, p. 1-17, 2005.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Jorge Zarah, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios.** Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda., 2007.

GIUMBELLI, Emerson; RICKLI, João; TONIOL, Rodrigo (Orgs.). **Como as coisas importam: uma abordagem material da religião - textos de Birgit Meyer.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Normas de preservação para bens tombados em contextos urbanos: manual de orientações**. Brasília: IPHAN, 2025

KÜHL, Beatriz Mugayar. O reconhecimento dos bens culturais: método, dossiê e tombamento. **Revista CPC (USP),** 2016.

LIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano.** Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MENEZES, Renata de CastrO. Os objetos religiosos cabem em quais vitrines? In: PORTO, N.; LIMA FILHO, M. (Org.). **Coleções étnicas e museologia compartilhada.** Goiânia: Editora da Imprensa Nacional, 2019.

MEYER, B. Mediando Ausência e Efetuando Espiritualidade: Presença, Imagens e a Imaginação Cristã. **Rev. Cadernos de Campo**, Araraquara,v. 24, n. esp. 1.

MEYER, Birgit. Mediating the Divine: Religion, Media, and Materiality. In**: Religion Across Media**, Routledge, 2011.

MORGAN, David. **Religion and material culture: the matter of belief.** London; New York: Routledge, 2010.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de; CAMPOS, Adalgisa Arantes. **Barroco e Rococó nas igrejas de Ouro Preto e Mariana: Baroque and Rococo in the churches of Ouro Preto and Mariana**. Brasília: IPHAN, Programa Monumenta, 2010. v. 1. (Roteiros do Patrimônio, 10). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColRotPat8_BarrocoRococoIgrejasOuroPretoMariana_vol1.pdf

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.Decreto nº 7.107, de 11 de fevereiro de 2010. **Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7107.htm

ROQUE, Maria Isabel. A exposição do sagrado no museu. In: **Comunicação & Cultura**, n.º 11, 2011, pp. 129–146.

ROQUE, Maria Isabel Roque. **O sagrado no museu: musealização de objectos do culto católico em contexto português.** Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2011

PEREIRA, Edilson Sandro. **Patrimônios, tempos e "tradições" de Ouro Preto.** Rio de Janeiro: Centro Lúcio Costa/CLC–IPHAN, 2017. Artigo desenvolvido no âmbito da 2ª Chamada Pública de Artigos do Centro Lúcio Costa (Centro de Categoria 2 sob os auspícios da UNESCO). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Produto%203%20aprovado_BR15.pdf

PEREIRA, Edilson Sandro. **O teatro da religião: a semana santa em Ouro Preto vista através de seus personagens.** 2014. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SOUZA, Vanessa Taveira de. **As capelas dos Passos da Paixão de Cristo e das Dores de Maria em Minas Gerais - Brasil**. 2024. Tese (Doutorado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/items/60f18e8a-75ef-40e0-887b-700af5da0f9c. Acesso em: 18 set. 2026.

SOUZA, Vanessa Taveira de. **Como Elaborar Projetos de Intervenções em Bens Culturais Móveis e Integrados à Arquitetura**. Mariana, MG: Faculdade Dom Luciano Mendes. Disponível em: https://faculdadedomluciano.com.br/curso/como-elaborar-projetos-de-intervencoes-em-bens-culturais-moveis-e-integrados-a-arquitetura/.

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO RESPONDIDO DE FORMA ASSÍCRONA ENVIADO A ARQUIDIOCESE DE MARIANA – 13 DE NOVEMBRO DE 2025

Bom dia, Cybele Nascimento Silva!

Espero que esteja tudo bem com você!

Recebi, no dia de ontem, o seu e-mail, parece-me que ele tinha caído em um e-mail, do museu, que não é mais tão usado e somente ontem a museóloga acessou e me encaminhou. Sendo assim peço desculpas pela demora em responder.

No momento eu estou ocupando a função de diretor do Museu de Arte Sacra e do Centro Cultural Dom Frei Manoel da Cruz.

Na Arquidiocese de Mariana, existe um órgão, que é a Comissão de Arte Sacra, que tem como representante formal o Mons. Nedson. Esta comissão é a responsável por encaminhar as demandas apresentadas em seus questionamentos. De sorte que, sobre os encaminhamentos referentes às paróquias eu não saberei informá-la. Direi um pouco sobre a forma como o Museu de Arte Sacra e o Centro Cultural agem.

1) Como a Arquidiocese percebe a relação entre a Igreja e os órgãos de proteção patrimonial (IPHAN, IEPHA, Secretarias de Cultura)? Há um diálogo contínuo entre as paróquias e esses órgãos, ou o contato se dá apenas em situações pontuais?

Por parte do Museu de Arte Sacra e do Centro Cultural Dom Frei Manoel da Cruz o contato maior é com Conselho Municipal de Patrimônio. A peculiaridade das instituições não nos coloca em contato direto e constante com o IPHAN e o IEPHA, naturalmente, quando a necessidade exige, o contato acontece de forma amistosa.

Atualmente, o contato maior tem sido feito com o Ministério Público Estadual. Ele requisitou que todo o acervo presente no Museu pudesse ser refeito, segundo parâmetros estabelecidos por ele, o que demanda tempo e pessoal especializado. Não obstante as dificuldades temos procurado atender a solicitação dentro dos limites estabelecidos.

2) A Arquidiocese recebe ou repassa instruções desses órgãos de preservação quanto à conservação, manuseio ou gestão dos bens culturais sob responsabilidade eclesiástica as paróquias? Existe algum protocolo interno para orientar as paróquias nesse sentido?

Esta pergunta, não tenho condições de responder, por não estar inserido nos Conselhos Arquidiocesanos. Penso que o Mons. Nedson ou o Mons Enzo (Vigário Geral da Arquidiocese) tenham a qualificação institucional para responder com autoridade e competência tal questão.

Todavia, posso apresentar um link, da Faculdade Dom Luciano Mendes, ligada a Arquidiocese de Mariana, que propõe em várias discussões e qualificações quanto ao tema: https://faculdadedomluciano.com.br/arte-sacra/

3) No caso de bens tombados em nível federal, como a imagem do Senhor dos Passos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, a Arquidiocese possui acesso aos documentos técnicos (inventários, dossiês, relatórios de tombamento)? Esses materiais são disponibilizados às paróquias para consulta e orientação?

Quanto ao acesso, todos os bens, tombados ou não, que estão sob responsabilidade das paróquias, no caso em questão, a Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, a Arquidiocese tem acesso. Naturalmente quando falo a Arquidiocese, me referido à Comissão de Arte Sacra, que hoje é presidida pelo Mons. Nedson, reitor do Santuário do Bom Jesus em Congonhas.

Não tenho condições de dizer em que nível de catalogação a referida imagem está, tão pouco os relatórios. Admito que por desconhecimento pessoal. Todavia, a Paróquia de Nossa Senhora do Pilar e o Museu do Pilar, sempre foram muito receptíveis e pesquisadores e estudiosos. Penso que a paróquia não apresentaria dificuldades para uma pesquisa e colaboração em um Trabalho de Conclusão de Curso. Atualmente o pároco da paróquia do Pilar, em Ouro Preto, é o Pe. José Carlos dos Santos. O diretor do Museu do Pilar é o Sr. Carlos José Aparecido de Oliveira, popularmente conhecido com Caju, acredito que ele poderia, com conhecimento de causa, responder tal questão.

4) A Arquidiocese tem conhecimento de situações onde às práticas devocionais foram impactadas pelas orientações de Conservação?

Não tenho condições de responder pela Arquidiocese. Todavia, a partir das obras que estão no Museu de arquidiocesano de Arte Sacra é possível falar de um impacto. Muitas das peças que se encontram sob custódia do Museu são de comunidades rurais pequenas, que não têm um mínimo de segurança para manter, em seus domínios, peças com valor artístico e histórico, naturalmente sem mencionar aqui o valor religioso.

Posso elencar aqui, algumas comunidades que frequentemente recorrem ao Museu, solicitando suas imagens para festas locais: Chapada de Ouro Preto, anualmente, por ocasião da festa da padroeira, Santana, busca no Museu a imagem de Santana de Aleijadinho; Furquim, distrito de Mariana, igualmente, na festa do padroeiro, Bom Jesus do Monte, busca no Museu peças pertencentes a Paróquia. A própria Catedral de Mariana, em grandes celebrações, solicita peças que estão sob guarda do Museu. Naturalmente quando estas peças são requisitadas, há por parte do solicitante e por parte do Museu um termo de compromisso e de responsabilidades. As peças voltam às origens, cumprem uma finalidade de fé, um ritual, e posteriormente retornam ao Museu. Até o presente momento este tem sido o modus operandi do Museu.

5) Na visão institucional da Arquidiocese, o reconhecimento de uma imagem como patrimônio cultural — além de sua dimensão religiosa — impacta de alguma forma a experiência de fé dos fiéis?

Não tenho condições de responder em nome da Arquidiocese.

6) A Arquidiocese promove, entre as comunidades e paróquias, alguma capacitação ou orientação sobre métodos de conservação dos bens tombados?

Não tenho condições de responder pela Arquidiocese. Entretanto é perceptível a crescente preocupação com o patrimônio religioso, artístico e cultural, que está sob responsabilidade da Arquidiocese de Mariana. É bem verdade que, em muitos momentos a preocupação não vem acompanhada com a devida destreza, por limitação humana, nos encaminhamentos necessários. Tem todos tem a mesma facilidade de diálogo com os órgãos responsáveis. Recentemente a Faculdade Dom Luciano propiciou, nos cinco regionais da Arquidiocese, uma formação para pessoas que zelam e trabalham em Igrejas, ajudando-as a compreender a importância e grandeza do patrimônio com o qual elas trabalham, além de apresentar elementos básicos de uma adequada conservação.